

ENRAIZAR ALTERNATIVAS

Proposta de Resolução Política

Mesa Nacional do Bloco de Esquerda 26 de Março de 2017

1 - Outra política é possível?

O governo do Partido Socialista continua o seu projecto de combinação de acordos à sua esquerda com uma “leitura inteligente” do Tratado Orçamental europeu cumprindo o desígnio de obediência à Europa da austeridade permanente. Por isso, faz dos números do déficit a medida do seu sucesso ao mesmo tempo que corta no orçamento do Estado Social e baixa o investimento público para níveis históricos.

Desta forma, o governo vai impondo um processo de normalização da austeridade que prende o país aos perigos da dívida crescente e ao espartilho de uma moeda única feita à medida dos interesses dos países dominantes da Europa. Esta obediência à Europa de Merkel significa ainda que, face a uma direita em crise, os donos de Portugal não se sentirão desconfortáveis com a situação corrente de um governo que amaina a conflitualidade social ao mesmo tempo que recusa patamares mínimos como aumentar a progressividade dos impostos, revogar as leis impostas pela troika nas relações laborais e investir seriamente para diminuir o desemprego. Mesmo a “recuperação de rendimentos” ficou muito aquém de conseguir reverter a massiva baixa de salários e de transferência de rendimentos do trabalho para o capital que significaram os anos da austeridade dura.

2- A geringonça na banca é outra.

As alianças do Partido Socialista para o sector da banca não são com a esquerda. Prova disso é a colocação de Paulo Macedo à frente da Caixa Geral de Depósitos, onde a coberto da sua reestruturação se coloca em causa o serviço público bancário. Prova disso é a cedência às diretivas de Bruxelas que ordenaram que o banco público se financiasse junto dos agiotas internacionais a uma taxa de juro de 10.75%, pagando anualmente mais de 50 milhões de euros em juros, para sempre. Prova disso é também a cada vez mais provável venda/doação do Novo Banco a um fundo abutre que choca de frente com o princípio acordado pelo governo com a esquerda de que não existiriam mais privatizações.

A banca é um setor fundamental da economia, pois tem o poder de determinar quais os setores em que o investimento é feito e afeta diretamente a distribuição de riqueza entre classes. Revolucionar as suas lógicas de financiamento e fazer dela um instrumento ao serviço do povo é tarefa essencial para todas aquelas que advogam uma alternativa socialista, que só poderá vingar caso a banca e os restantes setores estratégicos sejam nacionalizados na íntegra, legitimados por um mandato popular, direcionados para um planeamento sustentável da economia e submetidos a uma transparência total. A privatização da banca é o caminho para a derrocada, e a concentração da banca portuguesa em empresas sedeadas noutros países aprofunda a gravidade da situação: no momento da próxima crise financeira internacional, os bancos e fundos internacionais desinvestirão rapidamente dos seus negócios em Portugal, fechando balcões, despedindo trabalhadores e condenando a economia à recessão profunda. O Bloco de Esquerda bate-se pelo controlo público da banca e reafirma a defesa de um serviço público bancário.

3- O populismo não são os outros.

Ao mesmo que se revela chocada com o crescimento do populismo, a retórica do centrão político europeu cede à trumpização, lança racismo contra os povos do sul da Europa e faz

da prática do mecanismo da chantagem a sua bengala para tempos difíceis. As declarações de Dijsselbloem e de Schauble têm sido exemplos de como a política “respeitável” europeia cede às tentações de mimetizar a extrema-direita permitindo-lhe assim determinar as agendas políticas hegemónicas.

Foi o que aconteceu nas recentes eleições holandesas, em que apesar da extrema-direita se ter ficado pelo segundo lugar depois de ter sido apresentada como favorita pelas projeções, a esquerda não pode cair na tentação de analisar este resultado de forma simplista como uma rejeição do fascismo uma vez que, com os vários partidos de centro-direita a apostarem numa retórica explicitamente racista e islamofóbica, a vitória no campo da hegemonia coube a Wilders.

É o que tem acontecido também em França, ajudando Marine Le Pen a reforçar a sua posição apelando ao medo e ao ódio, ao espírito e valores nacionalistas.

Numa clara oposição à trumpização da política europeia, o Bloco de Esquerda não apenas repudia as declarações de Dijsselbloem como também denuncia a sua estratégia política de promoção xenófoba pelo que só pode ser demitido da sua atual posição dentro do Eurogrupo.

4- Os outros somos nós

As declarações preconceituosas de Dijsselbloem revelaram-se um factor agregador com base numa resposta de orgulho nacional. Contudo, não contribuíram muito para a ideia de que os outros somos nós, de que o resultado do pseudo-nacionalismo é voltar os povos da Europa uns contra os outros à procura de culpados das crises e contra os “de fora” inventando bodes expiatórios.

Este nacionalismo cresce a cada dia que passa, na Europa e no mundo. Por todo o mundo, governos populistas de direita e extrema-direita conquistam terreno às custas de uma crise económico-social, construída na base de austeridade e do militarismo. Velhas misoginias ganham palcos com Januz Korwin-Mikke, Donald Trump e Michel Temer, enquanto novas alianças militares são desenhadas.

5- As Primaveras lançam raízes antifascistas

Por vezes brutal, outras vezes camuflado, o fascismo está lá longe e ao mesmo tempo aqui tão perto, tem várias caras e insinua-se pelos caminhos mais inesperados. Nas últimas semanas, a direção estudantil da FCSH teve de responder simultaneamente à acusação de autoritarismo e à investida da extrema direita nos portões da faculdade. Nessa investida o BE foi acusado de manipular a AE. A própria faculdade e o que lá se estuda foram também conotados com o Bloco, um ambiente mediático com uma capacidade de penetração no senso comum muito para além da capacidade orgânica demonstrada pelo PNR na tarde de 21 de março. A resposta, organizada a partir do interior da faculdade juntou velhxs e actuais alunxs, funcionárixs, professorxs, grupos da esquerda revolucionária ativos na cidade, ativistas do Bloco de Esquerda e de outros partidos, a AE actual e gente de AE's anteriores. Na resposta à disseminação do fascismo, à naturalização do colonialismo e do patriarcado, o que aconteceu na FCSH mostra que a esquerda anticapitalista se pode encontrar e que o Bloco de Esquerda é uma componente incontornável para criar solidariedades contra o fascismo.

6- A Europa é campo para enraizar alternativas

Quando se assinalam os 60 anos do Tratado de Roma, os chefes de Estado europeus reuniram-se para afirmar a divergência e o securitarismo como política oficial da União Europeia. Os cinco cenários propostos por Jean-Claude Juncker para o futuro da Europa estão reduzidos a um: uma Europa a diferentes velocidades que troca a coesão pelas

políticas securitárias e pelo militarismo. A Europa Merkel é cada vez mais uma Europa Trump. A Cimeira de Roma de 25 de maio de 2017 oficializa o fim de qualquer projeto de uma Europa da convergência. Não existe nenhum plano de reforma da união monetária ou dos tratados europeus capaz de responder às necessidades da população. A reestruturação das dívidas públicas da periferia do euro, o investimento público ou o controlo público dos setores estratégicos da economia são liminarmente recusados e perseguidos. Objetivos enunciados como fundadores do “projeto europeu”, como o pleno emprego, a coesão social ou os direitos ambientais, são explicitamente abandonados. A austeridade permanece como a única política da União Europeia.

Os chefes de Estado encontraram na política dos muros o único espaço de reforma da União Europeia. Anuncia-se a afetação dos diminutos recursos que existiam para as políticas comuns às políticas de segurança e fronteiras e o reforço da directiva do retorno impondo a permanência de imigrantes e refugiados em campos de detenção até ao seu repatriamento, mesmo no caso das crianças e menores não acompanhados. A União Europeia festeja os 60 anos do Tratado de Roma com uma demonstração de irresponsabilidade e cinismo. Os refugiados europeus do século XX procuraram asilo em todo o mundo e agora, no século XXI, a Europa apenas oferece fronteiras fechadas e campos de detenção àqueles que tentam escapar da guerra ou da fome. A UE oficializa uma política de rejeição das convenções internacionais sobre direitos humanos e legitima o discurso xenófobo da extrema-direita.

7- Uma Europa que resiste à militarização

O acordo alcançado para a criação de uma estrutura central europeia de operações militares é mais um passo na recauchutagem da velha ideia da criação do exército europeu, há muito defendida por Juncker. Aproveitando-se da crise da NATO provocada por Trump e o agudizar das relações europeias com a Turquia, os engenheiros da austeridade europeia promovem assim um novo mecanismo de extorsão e coerção pela política do medo, uma força de guerra que ameaça a paz na Europa ao colocar os estados membros em rota de colisão com a Rússia e a Turquia. Por outro lado, a constituição de um exército europeu abre espaço à militarização das cidades europeias e a estados de excepção em permanência numa clara violação dos direitos humanos.

O otimismo partilhado assim por Azeredo Lopes, Ministro da Defesa, sobre a constituição desta estrutura e o potencial dela para a criação de um “exército europeu” merece o repúdio do Bloco de Esquerda. A constituição do exército europeu é um recuo na política de paz, ao reforçar a militarização da crise dos refugiados e ao legitimar operações como a “Sophia” que viola princípios base dos direitos humanos. É urgente por isso combater na raiz os problemas que estão na base da emergência de discursos xenófobos que só alimentam forças neofascistas e as elites europeias. O Bloco de Esquerda opõe-se por isso a este acordo europeu que abre portas à guerra, defendendo que Portugal não deve colaborar com o mesmo nem colocar o seu território e as suas Forças Armadas ao serviço desta política militarista.

8- O Bloco de Esquerda não fica à espera do aprofundar da crise para propor uma alternativa.

Assim:

- Nos sessenta anos do Tratado de Roma, o Bloco de Esquerda reafirma o seu compromisso na construção de uma Europa solidária socialmente contra a Europa fortaleza securitária . As actuais instituições europeias são um obstáculo a um projecto comum de justiça social construído democraticamente pelos povos europeus.

- Para o fazer, o Bloco junta a sua voz à das esquerdas anti-capitalistas europeias esforçando-se por não fazer do sucesso eleitoral ou mediático o seu critério de alianças real.

- Ao entrar num período pré-eleitoral autárquico em que o Bloco de Esquerda aposta fortemente num trabalho local de alta intensidade que tem de deixar raízes para além dos calendários eleitorais e de conseguir dialogar com as forças sociais transformadoras.

- O Bloco recusa a privatização do Novo Banco e, caso esta se concretize, denunciará a quebra do acordo de governo alcançado com o Partido Socialista.

- Ao longo dos próximos meses, o Bloco de Esquerda não se esquece ainda de mobilizar os debates urgentes comprometendo-se a: lançar um debate alargado e aberto à esquerda sobre as propostas relacionadas com o próximo orçamento, criar grupos de trabalho que estudem o processo de saída do euro, fazer campanha sobre as consequências de negligenciar a necessidade de reestruturação da dívida.

Subscrevem: Filipe Teles, Inês Santos, Samuel Cardoso, Carlos Carujo, José Guerra, Mário Martins, José Luís Carvalho, Joseph da Silva